

**APÊNDICE A – Orientações para o preenchimento dos Planos de Ensino
no Portal do Professor**

Plano de Ensino 2022/2		
Universidade Federal do Espírito Santo	Campus: Goiabeiras	
Curso: Ciências Contábeis		
Departamento Responsável: Ciências Contábeis/CCJE		
Data de aprovação (Art. Nº 91): 24/08/2022		
DOCENTE PRINCIPAL: profa. Dra. Janyluce Rezende Gama		
Qualificação/link para o Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/8879398103246967		
Disciplina: Contabilidade Pública 2	Código: CON3776	
Período: 7º	Turma:	
Pré-requisito: Contabilidade Pública 1	Carga Horária Semestral: 60 horas	
Créditos:	Distribuição da Carga Horária Semestral	
	Teórica	Exercício
	Laboratório	
Ementa: Estrutura Conceitual Básica. Contabilidade pública – conceitos, objetivos. Plano de Contabilidade Analítica. Prática de Escrituração Contábil. Lançamentos contábeis. Elaboração das Demonstrações Contábeis – Balanço Patrimonial, Financeiro, Orçamentário, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das mutações do PL, Demonstração do resultado econômico. Patrimônio Público. Introdução à Lei de Responsabilidade Fiscal.		
Objetivos Específicos: Estudo da contabilidade governamental, visando proporcionar conhecimentos conceituais e práticos da contabilidade, objetivando subsidiar o desenvolvimento das atividades de contabilidade no âmbito das instituições do setor público, com registro de lançamentos contábeis e demonstrações.		

Conteúdo Programático:

3.1 - INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE PÚBLICA → Campo de aplicação. Objetivo, b histórico da Contabilidade Pública no Brasil. Legislação que rege. Estrutura do órgão cont Diferenças entre contabilidade pública e contabilidade financeira. Patrimônio Público.

3.2 – SISTEMA DE CONTAS E PCASP → Novo Plano de Contas (PCASP). Natureza Informação Contábil.

3.3 – LANÇAMENTOS CONTÁBEIS →. Prática de Escrituração contábil no novo plan contas do setor público. Lançamentos conforme MCASP 7 edição.

3.4 – BALANÇOS PÚBLICOS → Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Púb (DCASP). Conceituação e composição do Balanço Patrimonial (anexo 14) Balanço Finance (anexo 13), Balanço Orçamentário (anexo 12), Demonstração da Variação Patrimonial (ar 15). Demonstração dos Fluxos de Caixa (anexo 18), Demonstração das Mutações do PL (ar 19), Demonstração do Resultado Econômico (anexo 20).

3.5 – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS BALANÇOS PÚBLICOS → Análise e interpreta de balanços orçamentário, balanço financeiro, patrimonial, demonstração das varia patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das mutações do Resolução de casos práticos dos exercícios.

3.6 – INTRODUÇÃO À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – apresentação dos princípios de gestão fiscal. Apresentação dos principais conceitos da Lei. Discussão sobre os limites da despesa com pessoal e da dívida pública. Apresentação dos relatórios fiscais.

4. Metodologia

- Aulas presenciais expositivas
- Utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da UFES – www.ava.ufes.br, com a disponibilização de Fóruns, Wikis Colaborativos, Chats, Glossários, Arquivos e outras funcionalidades disponíveis;
- Exercícios avaliativos e não avaliativos

5. Critérios / Processo de avaliação da aprendizagem:

Nº	Atividade	Tipo	Pontos
1	Prova 1	Capítulos 1 e 2	10 pontos
2	Prova 2	Capítulos 3 e 4	10 pontos
3	Trabalho avaliativo	Capítulo 5	10 pontos
Prova Final		Todos os capítulos	10 pontos

A nota final do aluno será a média aritmética de três avaliações escritas (10 pontos cada), todas com o mesmo peso.

Todas as avaliações serão presenciais.

Observações:

- A Prova Final irá contemplar todas as unidades.

IMPORTANTE

Havendo 2 (dois) ou mais casos confirmados de Covid-19 na mesma turma, as aulas poderão, a critério do Colegiado do curso, ser ministradas no formato remoto durante período de 7 (sete) dias de maneira síncrona ou assíncrona. Parágrafo único. Após o período de 7 (sete) dias, os(as) alunos(as) contatantes assintomáticos há mais de 24 horas poderão retornar às atividades presenciais.

Se houver necessidade de ajustes do cronograma, o mesmo será informado pela professora, via Portal.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Lei 4320 de 17 de março de 1964. Estatui normas de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Comentada. 31. ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução nº 1.133. Brasília: 2008.

____. Resolução nº 1.134. Brasília: 2008.

____. Resolução nº 1.135. Brasília: 2008.

____. Resolução nº 1.136. Brasília: 2008.

____. Resolução nº 1.137. Brasília: 2008.

____. Resolução nº 1.366. Brasília: 2011.

____. Resolução nº 1.437. Brasília: 2013.

MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO, VOLUMES II - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS, III - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS E IV - PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO, 7ª EDIÇÃO.

MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO, VOLUME I - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS, 7ª edição.

Bibliografia Complementar:

ALBUQUERQUE, C; MEDEIROS, M; e FEIJÓ, P. H. Edição. **Gestão de Finanças Públicas.** 3ª Edição. Brasília: Gestão Pública, 2013.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Orçamento Aplicado ao Setor Público.** 1º ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição (da) República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Lei complementar 101 de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2000.

_____. Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, com redação dada pela Lei 8.883 de 08 de junho de 1994. Regulamenta o art. 37 inciso XII, da Constituição Federal, institui normas para Licitações e Contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1993, 1994.

_____. Lei 8.987 de 13 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre o regime de concessão e permissões de prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal e dá outras providências. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1995.

CFC, Conselho Federal de Contabilidade. **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público**. Ed. 2010. Brasília, 2011.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Constituição (1989). **Constituição (do) Estado do Espírito Santo 1989**. Vitória: Assembleia Legislativa, 1989.

IFAC, International Federation of Accountants. **2015 Handbook of International Public Sector Accounting Pronouncements**. Acesso em 10 de fevereiro de 2016. <Disponível em www.ifac.org>.

KOHAMAMOTA, Francisco Glauber Lima. **Contabilidade aplicada ao Setor Público**. Brasília: Vestcon, 2013.

Observações:

Tendo em vista a alguma dificuldade de acesso aos livros constantes das bibliografias, o aluno poderá utilizar como bibliografias:

- Os materiais disponibilizados no AVA;
- Materiais disponibilizados no site do CFC.ORG.BR e STN.GOV.BR

Cronograma 2022/2: Aulas presenciais terças e quintas-feiras.

Data das atividades	Conteúdo
12/09 a 27/09/2022	Unidade 1 - INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE PÚBLICA → Campo de aplicação. Objetivo, breve histórico da Contabilidade Pública no Brasil. Legislação que rege. Estrutura do órgão contábil. Diferenças entre contabilidade pública e contabilidade financeira. Patrimônio Público.
28/09 a 20/10/2022	Unidade 2 – SISTEMA DE CONTAS E PCASP → Novo Plano de Contas (PCASP). Naturezas da Informação Contábil. Lógica da Informação Contábil.

21/10 a 08/11/2022	Unidade 3 – LANÇAMENTOS CONTÁBEIS →. Prática de Escrituração contábil no novo plano de contas do setor público. Lançamentos conforme MCASP 9 edição.
10/11/2022 (quinta-feira)	1ª Avaliação de aprendizagem
11/11 a 01/12/2022	Unidade 4 – BALANÇOS PÚBLICOS → Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP). Conceituação e composição do Balanço Patrimonial (anexo 14) Balanço Financeiro (anexo 13), Balanço Orçamentário (anexo 12), Demonstração da Variação Patrimonial (anexo 15). Demonstração dos Fluxos de Caixa (anexo 18), Demonstração das Mutações do PL (anexo 19), Demonstração do Resultado Econômico (anexo 20).
02/12 a 14/12/2022	Unidade 5 – PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS. Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação de itens contábeis patrimoniais.
15/12/2022 (quinta-feira)	2ª Avaliação de aprendizagem
16/12 a 31/01/2023	Unidade 6 – INTRODUÇÃO À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – apresentação dos princípios de gestão fiscal. Apresentação dos principais conceitos da Lei. Discussão sobre os limites da despesa com pessoal e da dívida pública. Apresentação dos relatórios fiscais.
02/02/2023 (quinta-feira)	Prova 3/Trabalho avaliativo
14/02/2023 (terça-feira)	Prova Final
18/02/2023	Período de lançamento das notas finais no sistema.